

FORMAÇÃO DO ESTADO, INSERÇÃO INTERNACIONAL E RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS: A REGIÃO DE BENGUELA/ANGOLA

*State formation, international insertion and territorial reconfigurations:
the region of Benguela/Angola*

*Formación del estado, inserción internacional y reconfiguraciones
territoriales: la región de Benguela/Angola*

DOI: 10.48075/igepec.v27i2.30742

Filipe Tchinene Calueio
Ivo Marcus Theis

FORMAÇÃO DO ESTADO, INSERÇÃO INTERNACIONAL E RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS: A REGIÃO DE BENGUELA/ANGOLA

State formation, international insertion and territorial reconfigurations: the region of Benguela/Angola

Formación del estado, inserción internacional y reconfiguraciones territoriales: la región de Benguela/Angola

Filipe Tchinene Calueio
Ivo Marcus Theis

Resumo: Neste artigo examinam-se a formação do Estado Angolano, a caracterização histórico-geográfica da Angola e sua inserção no moderno sistema-mundo. O artigo recorta a região litorânea de Benguela para destacar as transformações produtivas no território com a penetração do capital e as respostas do Estado. A pesquisa bibliográfica e a análise quantitativo-qualitativa dos fenômenos implicados pelas modificações na atividade produtiva constituem sua base metodológica. O objetivo é examinar a formação e a inserção de Angola na economia-mundo capitalista a partir das contradições do desenvolvimento da região de Benguela. Daí dividir-se o artigo em quatro seções principais, além da introdução: a caracterização histórico-geográfica da Angola; a formação do Estado, a luta de emancipação e a conquista da independência; a inserção da economia angolana na economia-mundo capitalista; e as reconfigurações territoriais da região de Benguela. O artigo finaliza com as considerações finais.

Palavras-chave: Angola, Benguela, capital, desenvolvimento regional, Estado.

Abstract: This article examines the formation of the Angolan state, the historical-geographical characterization of Angola and its insertion into the modern world-system. The article focuses on the coastal region of Benguela to highlight the productive transformations in the territory with the penetration of capital and the responses of the state. Bibliographical research and quantitative-qualitative analysis of the phenomena implied by the modifications in productive activity constitute its methodological basis. The objective is to examine the formation and insertion of Angola in the capitalist world-economy from the point of view of the contradictions of development in the Benguela region. The article is divided into four main sections, besides the introduction: the historical-geographical characterization of Angola; the formation of the state, the struggle for emancipation and the conquest of independence; the insertion of the Angolan economy in the capitalist world-economy; and the territorial reconfigurations of the Benguela region. The article concludes with final considerations.

Keywords: Angola, Benguela, capital, regional development, State.

Resumen: Este artículo examina la formación del Estado angoleño, la caracterización histórico-geográfica de Angola y su inserción en el sistema-mundo moderno. El artículo se centra en la región costera de Benguela para destacar las transformaciones productivas del territorio con la penetración del capital y las respuestas del Estado. La investigación bibliográfica y el análisis cuantitativo-qualitativo de los fenómenos que implican las modificaciones en la actividad productiva constituyen su base metodológica. El objetivo es examinar la formación e inserción de Angola en la economía mundial capitalista desde el punto de vista de las contradicciones del desarrollo en la región de Benguela. El artículo se divide en cuatro partes principales, además de la introducción: la caracterización histórico-geográfica de Angola; la formación del Estado, la lucha por la emancipación y la conquista de la independencia; la inserción de la economía angoleña en la economía-mundo capitalista; y las reconfiguraciones territoriales de la región de Benguela. El artículo concluye con consideraciones finales.

Palabras Clave: Angola, Benguela, capital, desarrollo regional, Estado.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX, sobretudo, entre 1950 e 1970, houve um aumento considerável de Estados independentes no moderno sistema-mundo (MSM). Este fato conduziu a uma mudança significativa dentro do projeto de sociedade internacional Rooseveltiano. Se, como membros fundadores das Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, contavam-se 51 Estados nacionais, este número atingiria 146 Estados membros até a década de 1970, entre esses figurando 46 africanos. Ou seja, no intervalo de 1946 a 1977, 49% dos novos Estados nacionais que adentraram a ONU localizavam-se na África. Os demais localizavam-se, respectivamente, na Ásia, na Europa e nas Américas. Esses dados evidenciam as lutas pela emancipação dos Estados nacionais africanos, que se consolidaram na arena internacional como Estados independentes, entre as décadas de 1950 e 1970, alterando consideravelmente o cenário político e econômico global (ONU, 2021).

Tabela 1 – Estados-membros da ONU por continente, 1945-2021

Período	África	América	Ásia	Europa	Oceania	Nº /países
1945	4	21	9	15	2	51
1946-1955	1	-	11	10	-	22
1956-1965	31	2	6	2	-	41
1966-1977	14	5	8	2	3	32
1978-1989	2	8	2	-	1	13
1990-2000	2	1	8	12	7	30
2001-2011	1	-	1	2	-	4
2011-2021	-	-	-	-	-	0
Σ						193

Fonte: Elaboração própria com base em dados da ONU (2021).

Esses Estados nacionais conquistaram as suas independências em uma conjuntura internacional de relações econômicas e políticas complexas, com destaque para a reestruturação e flexibilização produtiva, a crise energética e a proliferação de armas nucleares. O regime de produção fordista/taylorista dava sinais de esgotamento, abrindo espaço para a flexibilização do trabalho, privatizações, a mundialização do capital e intensas interações culturais verticalmente direcionadas (CHESNAIS, 1995; CHESNAIS, 1996; LIPIETZ, 1994).

Esses processos solidificaram a hegemonia estadunidense pelos mecanismos político (ONU), econômico (dolarização da economia global) e cultural (financeirização das artes, da comunicação, da indústria de alimentos etc.), dando concretude a um novo e duradouro ciclo de acumulação de capital. (ARRIGHI, 1996; WALLERSTEIN, 1986). Assim, em um âmbito de mudanças de regimes internacionais e integrações regionais, surgiram unidades políticas na periferia do MSM que permitiriam a pulverização extensiva da Economia-Mundo Capitalista (EMC) em consonância com a hegemonia estadunidense. Neste artigo busca-se desvelar nuances do processo constitutivo de Angola enquanto Estado nacional, de sua formação e inserção na EMC.

Em um contexto de *globalização/mundialização* e de *devastação/dominação* que ultrapassa 500 anos, era previsível a subserviência dos Estados nacionais

africanos emergentes. Se no plano macroeconômico as nações africanas enfrentavam déficits de toda ordem, o que as levava a se reestruturarem segundo recomendações de agências multilaterais, no campo político o contexto da Guerra Fria possibilitava barganhas entre as duas polaridades. Além do mais, uma ampla solidariedade continental e transcontinental se articulava politicamente desde a Conferência de Bandung (1955)¹ com países não-alinhados. No caso específico de Angola, as redes solidárias panafricanistas se robusteceram antes, durante e após sua independência. Angola também seria favorecida pela ascensão da China na EMC e pelas consequentes cooperações sino-africanas. Sucessivos reconhecimentos e capacitação estratégica e político-econômica permitiram a inserção internacional desta parte da periferia do MSM. O artigo procura explorar aspectos relevantes da formação do Estado Angolano – resultante de lutas de resistência à penetração colonial –, levadas a efeito pelos povos que já ocupavam o território), bem como de sua inserção no MSM. A região litorânea de Benguela é tomada como território de estudo da expansão do capital e de suas ambiguidades, assim como da reação face à sua internacionalização.

Em termos metodológicos, o artigo se beneficia de uma pesquisa bibliográfica, de consultas a documentos e de um levantamento de dados quantitativos. Visaram-se dados e informações sobre a formação do Estado nacional de Angola e a produção e o comércio externo de mercadorias. As categorias de análise mobilizadas para a consecução do estudo foram: capital, Estado e região. Os resultados devem mostrar que Angola é uma unidade político-territorial, organizada em regiões funcionais ao processo de acumulação de capital (a exemplo da região litorânea de Benguela), que se constituiu no âmbito da proliferação dos novos Estados nacionais entre o pós-Segunda Guerra Mundial e a crise da economia fordista, em que os EEUU alcançaram hegemonia no plano internacional, levando-a a inserir-se subalternamente na EMC.

Entre esta introdução e as considerações finais, o presente artigo conta com quatro secções. A primeira é dedicada à caracterização histórico-geográfica de Angola, reunindo aspectos considerados relevantes no processo de formação histórica do país. A segunda trata da formação do Estado, incluindo a luta de emancipação e a conquista da independência. Na terceira, examinam-se as formas de participação da economia angolana na EMC. A quarta secção se ocupa das reconfigurações territoriais da região de Benguela em face da internacionalização do capital. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

¹ Entre diversos outros pontos, reafirmou-se o fim da hegemonia branca sobre a África e a Ásia, a não intervenção nos assuntos internos das nações periféricas e, acima de tudo, uma maior necessidade de cooperação afro-asiática e o fim do colonialismo.

2 – BREVE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DE ANGOLA COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA A REGIÃO LITORÂNEA DE BENGUELA

A República de Angola é uma nação localizada na zona Austral da África, independente desde 1975, atualmente com um sistema presidencialista (CRA, 2010), governado desde a sua independência pelo partido do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e multipartidário desde 1992. Com uma extensão geográfica de 1.246.700 km² e uma população estimada em 32 milhões de habitantes, resulta em uma densidade demográfica de 15 habitantes por km². Os principais compartimentos de relevo são o planalto localizado na Região Central, essencialmente, no Bié, que pode chegar a 1.830m de altitude, e o Planalto Central do Huambo, no qual está situado o Morro do Moco, o ponto mais alto do país, com 2.620m. Há planícies nas regiões litorâneas Centro-Norte e Centro-Oeste, estendendo-se a planície costeira por 230 km e a da região Centro-Oeste por cerca de 35 km. Em geral, o clima é tropical, com variações pelas regiões. Na Região Norte, tem-se cerca de 1.850mm de chuva anuais; na Costa da Região Norte, especificamente, no Centro-Norte, o clima é quente e a chuva cai para 350mm de chuva anuais; na Região do Planalto Central (Bié, Huambo, parte de Malanje e Nordeste de Benguela), a média é de 1500mm de chuva anuais; na Região Sul e em parte da Região do Litoral Sul, as chuvas são mais escassas, variando de 150-50mm de chuvas anuais; e na Região do Litoral Sul, o Namibe, o clima é típico de deserto. O território é banhado pelo Oceano Atlântico ao Oeste, ao Norte e Nordeste tem limites com a República Democrática do Congo, ao Leste, com a República da Zâmbia e ao Sul, com a Namíbia. A norte, na fronteira com a República do Congo, compõe o enclave de Cabinda. Com uma vasta composição linguística e étnica, os *ovimbundos*, cuja língua é o Umbundo, constituem-se como maioria étnica, perfazendo 37%. De modo que o Umbundo constitui a segunda língua mais falada depois da portuguesa, a oficial. A concentração demográfica faz com que 21.254.264 habitantes vivam em 299.421 km², dividindo-se entre a região Centro-Sul (Bié, Huambo Cuanza-Sul e Benguela), parte do Sul (Huíla) e Centro-Norte (Luanda). Ou seja: 66,5% da população vive em 1/4 do território nacional (ver gráfico a seguir ref. à distribuição da população por província). Daí as megacidades condicionadas pela pós-urbanização, a preferência da cidade em detrimento do campo, a pobreza urbana e uma urbanização que mescla o subúrbio e os enclaves fechados, e a periurbanização em escala provincial. De maneira que cidades desigualmente urbanizadas emergem de um crescimento econômico desigual – de um *desenvolvimento regional desigual* (ARRIGHI, 2007; DAVIS, 2005; THEIS, 2009; THEIS; BUTZKE, 2012).

Mapa 1 – Distribuição populacional de Angola por província



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE.

Quanto, em especial, à Região Litorânea de Benguela, ela é composta por quatro municípios (Lobito, Catumbela, Benguela e a Baía-Farta). Localizada na Costa Oeste de Angola, a região se enquadra na faixa de clima tropical quente e semiárido, segundo a classificação climática de Köppen. Do ponto de vista térmico, apresenta um clima seco, de estepe, muito quente, do tipo BSh. Etnologicamente Umbundo, a região está localizada na província de Benguela, apresentando a maior densidade demográfica da Província (INE, 2016).

Historicamente, a região desempenhou funcionalidades estratégicas no comércio do tráfico transatlântico. Os dados demográficos do tráfico, da invasão e ocupação holandesas em 1641-1648 e das constantes resistências ao colono português, nesta parte do território, demonstram a sua importância estratégica. Na história recente de Angola, a região foi território de conflitos entre as forças beligerantes durante a guerra civil.

A região comporta uma população de 1.391.858 habitantes, conforme o inquérito populacional de 2018. O município de Benguela apresenta a maior

densidade demográfica, seguida por Lobito. A região é o principal centro logístico do país fora da capital nacional, com uma via ferroviária continental, aeroporto, estradas nacionais que a ligam ao resto do país, e um dos principais portos da região sul saariana de África.

3 – A FORMAÇÃO DO ESTADO DE/EM ANGOLA

O precoce surgimento do Estado-Nação e a unificação da nobreza com a burguesia propiciaram à Portugal aspirações comerciais para chegar à Índia. Esta aspiração fortaleceu-se após a unificação do território espanhol e português devido ao casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, garantindo patrocínio a novos expedidores rumo à Índia. Tais patrocínios levaram a nobreza a apoiar tecnologias diferenciadas e a difundir conhecimento sobre astrologia, navegação e barcos construídos com canhões de guerra. Tais aspirações acabaram sendo beneficiadas pela Bula Papal de 1455, escrita por Nicolau V (1447-1455), concedendo a Portugal o direito exclusivo de navegação por todas as regiões africanas até a possível chegada à Índia, contornando o Cabo da Boa Esperança (a atual Cape Town, na África do Sul). Essas condições favoreceram o pioneirismo das grandes expedições sobre o mundo considerado ainda “novo”. Assim, após a passagem de Ceuta, em 1442, puderam ser estabelecidas alianças comerciais, de ganho mútuo, com reinos africanos já estruturados, como a Senegâmbia (1455), o Império Mandinga – atuais Mali, Senegal, Guiné, Saara Ocidental, Serra Leoa, Delta do Níger (1455-1600) – e, depois, o Reino do Kongo – M’banza-Kongo, atual capital da província do Zaire, no norte de Angola (1482-1484).

A chegada de Portugueses ao Reino do Kongo, em 1482, 40 anos após a ocupação efetiva de Ceuta, abriu chances comerciais diferenciadas. Pois, a escravatura doméstica, efetuada na região centro-oeste da África foi substituída por uma escravatura mercantilista e estruturada. Essa “mão-de-obra” permitiu a Portugal um avanço gigantesco, preocupando outros povos europeus (KI-ZERBO, 2010). As extensas terras posteriormente “descobertas” por espanhóis e portugueses (1492-1500), essencialmente, América Central e Brasil, tornar-se-iam destino daquela gente escravizada, assim se integrando na EMC. Tal integração se daria pela combinação de três elementos²: a mão-de-obra escrava africana, as terras e recursos naturais da América Latina e os meios (já existentes na Europa da época) que permitem ao trabalho atuar sobre os recursos da natureza³. As relações comerciais de ganho mútuo foram substituídas por uma dominação legitimada na racialização do africano, fundamentada na pseudociência, na negação de entes não europeus por europeus, cuja função era a organização social daqueles territórios (QUIJANO, 2002). Contra esse processo de dominação emergiram movimentos contra-hegemônicos, que (sobretudo, em Angola) ganharam vulto e se tornaram frequentes, embora fossem invisibilizados e marginalizados. O exemplo conhecido é o da contestação e resistência angolana frente à ocupação portuguesa.

² Convém lembrar que “os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios” (MARX, 1996, p. 298).

³ Não menos importante é lembrar que, “tão logo o processo de trabalho esteja em alguma medida desenvolvido de todo, necessita ele de meios de trabalho já trabalhados” (MARX, 1996, p. 299).

As sucessivas crises econômicas, políticas e militares que ocorreram no começo do século XX mudaram consideravelmente a relação entre as metrópoles europeias e suas colônias na África. Embora a restrição à violência fosse pouco eficiente, houve avanços técnicos e políticos que, de certa forma, contiveram a generalização da violência no MSM àquela altura.

Quadro 1 – Resistências contra dominação Lusa nos Reinos do Kongo Sul

Anos	Grupo étnico	Rei	Região/localidade
1563-1570	AKongo	Bula Matadi	Matadi
1630-1650	Imbangala, ambundu	Nzinga Ngola Mbandi	Matamba, Ndongo, Kassanje, Sul do Kwanza
1850-1873	Jagas (Imbangala, Bondo, Jinga, Songo, Imbangala, Pende e outros)	-	Baixa de Kassanje
1885-1899	Ovimbundu	Ekuiqui II, Numa, Ndunduma I	Bailundo, Vye, Vambenguela
1886-1900	Ovimbundu	Ndunduma II	Vye
1902-1903	Ovimbundu	Mutu ya Kuevela	Planalto central e wambenguela
1907-1920	Kwanhama, Humbi, Nyaneke, Quioco, Nganguela, Bundas	Mandume-Ya-Ndemufayo, Cuamato	Naulila, Chibia, Vau do Pembe, Huíla, Quilebe
1920-1960	Pluriétnicos	Movimentos juvenis autônomos, UPA, MPLA, UNITA e outros movimentos	Angola
1975	Pluriétnicos	FNLA, MPLA, UNITA	Angola

Fonte: Elaboração própria com base em Pélissier (1986), Andrade (1997) e Roçadas (1919).

Em especial, a década de 1930 tem relevância nesse contexto. Ela foi “abalada” não apenas em decorrência da crise causada pela queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, mas também por sucessivas intervenções e retrocessos, em meio a parcos avanços políticos realizados após a Primeira Guerra Mundial. Entre os retrocessos despontam a ascensão do nazifascismo europeu, a invasão japonesa na China, a da Itália na Etiópia, a Guerra do Chaco na América Latina, o conflito Colômbia-Peru e a ascensão de governos militares em Portugal e Espanha – que ainda tinham presença em África. Essas rupturas da ordem internacional levaram organizações e agências africanas à luta armada e pela autodeterminação. Fanon (2021) aponta Tunísia, Argélia e Marrocos como redutos de organizações que perseguiram a revolução na África. Mesmo que essas lutas viessem sendo preparadas antes da década de 1930, é somente após a Segunda Guerra Mundial que a

administração colonial da Europa, devastada, seria posta em xeque. Com efeito, aí estava “a prova de que os brancos e seus Estados podiam ser derrotados, total e vergonhosamente” (HOBSBAWM, 1995, p. 212). Finalmente, as lutas pela independência haviam tecido correntes de revolução sobre a África e a Ásia, fazendo emergir uma nova ordem geopolítica internacional.

Para as coletividades que construíram uma rede de conexão contestatória à política internacional vigente desde a Conferência de Bandung, em 1955, tornou-se insustentável e inaceitável a continuação do colonialismo (MBEMBE, 2019). Em complemento, uma ampla movimentação de acordos entre países Não-Alinhados e o primeiro-ministro Chinês Zhou visava, além de um tribunal de descolonização, diplomacia e geopolítica de equidistância, também respeito à autodeclaração dos povos, acordos militares estratégicos, articulação com lideranças comunitárias e tradicionais da parte Subsaariana, de molde a fortalecer os pontos de guerrilha para a independência das colônias Africanas (CALUEIO, 2020).

Os escritos (cartas, telégrafos e documentos) da Política Internacional e de Defesa do Estado de Portugal (PIDE-DGS) demonstram que as colônias se tornaram economicamente inviáveis e internamente contestáveis. O projeto Salazarista-Marcelista de ultramar estava fadado ao fracasso. A administração portuguesa estava limitada pela visibilidade internacional contestatória da Agência Angolana, “seja através do clientelismo estabelecido com as ex-Metrópoles, da ONU, do Grupo dos 77, da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e/ou do Movimento dos Não-Alinhados” (VISENTINI, 2010, p. 35).

Eram dezenas os grupos angolanos que se organizaram politicamente. No entanto, os documentos da PIDE-DGS consideravam ameaças e forças beligerantes a Frente Nacional para Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA). A FNLA fundir-se-ia com a União da População do Norte de Angola (UPNA) em 1951-1954. Posteriormente, abrange não mais um caráter regional, mas nacional, mudando o nome para União das Populações de Angola (UPA). Este foi o movimento político pioneiro que enfrentou a colonização portuguesa e buscou representações e apoios internacionais. Após o início da luta armada, em 1961, o fundador Holden Roberto forma, em Leopoldville, no Congo Belga, o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE). Este logo receberia reconhecimento da Organização da Unidade Africana (OUA) como a única frente partidária anticolonial em Angola. Contudo, tal reconhecimento diante da OUA e sua credibilidade internacional dissipar-se-iam devido ao caráter instrumental assumido pelo GRAE, que aceitou o apoio dos EEUU – que tinham a preocupação de defender seus interesses em um possível futuro governo.

O MPLA foi fundado em 1956-1960, após a dissidência de Mário Pinto de Andrade em relação à frente integrada pelo Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), o Movimento de Independência Nacional Angolano (MINA) e o Partido Comunista Angolano (PCA), além de outros grupos nacionalistas furtivos. As suas articulações surgem no começo de 1950, quando vários movimentos juvenis em Luanda buscaram reconhecimento internacional para a legitimação da luta pela independência. Reconhecido como célula do Partido Comunista Português (PCP) e empenhado na construção de relações político-diplomáticas que se estendiam a

vários outros grupos partidários na África e Europa, o MPLA constituir-se-ia em um partido multiétnico e abrangentemente disseminado pelas regiões urbanas. As lideranças Mplanistas tinham forte participação no Movimento Democrático Unido (MDU), em Lisboa, e projetavam o fim de uma África lusófona colonial. Após o cumprimento da prisão de 18 anos na cadeia do Porto, o médico angolano António Agostinho Neto, auxiliado pelo PCP, consegue exílio em Marrocos, onde também receberia formação diplomática e militar. Em 8 de Junho de 1960, depois de ter sido nomeado presidente do MPLA, seria preso novamente. Este cargo, aliás, só viria a ocupar após a sua libertação, em 1961, na eleição contra Mário Pinto de Andrade, em Leopoldville. Tanto o MPLA quanto a FNLA organizaram revoltas populares, greves e reivindicações trabalhistas, ataques às prisões e outras ações insurgentes durante os primeiros anos da década de 1960. Se a FNLA teve de se reformular no GRAE depois do contra-ataque português, em 1961, o MPLA passou por cisões internas e perdas devastadoras humanas e materiais, ficando limitado às regiões Sudeste e Centro-Oeste de Angola. Em 1966, o Dr. Jonas Savimbi deixaria o GRAE e fundaria a UNITA. Com apoios financeiros e militares da China e Egito, a UNITA ascenderia velozmente nas regiões Leste, Centro-Sul e Sul de Angola. O Dr. Savimbi muito rapidamente se tornaria uma referência nacionalista e estenderia a luta anticolonial. Em consequência, as pressões e guerrilhas de resistência se estabeleceram em diferentes partes do território angolano.

Com o movimento dos Capitães, que deu vida ao Movimento das Forças Armadas (MFA) e levou à queda do regime Salazarista, aos 25 de abril de 1974, criou-se o programa de descolonização das colônias portuguesas. Os dissensos ao nível de Portugal eram recorrentes. O então presidente, General António Spínola, defendia uma república federativa de Portugal, em que as colônias continuariam como províncias autônomas sob o protetorado de Portugal, que, assim, continuaria exercendo autoridade. Em contrapartida, a sociedade civil e os partidos políticos portugueses alvitavam, sem ambiguidades, a independência total de todas as colônias (MUEKALIA, 2010). Aos poucos, ganhava consenso um Portugal sem colônias. Em Mombaça, Quênia, em 1974, Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi se negaram a participar das negociações para o processo de independência angolana caso Portugal fosse o único ator internacional a ditar os acordos. Este impasse foi resolvido em janeiro de 1975, durante o acordo de Alvor, em Algarve. O governo português e representantes dos três partidos angolanos assinaram o fim do colonialismo português, como indica o artigo 1º do capítulo 1 do acordo de Alvor: “O governo português reconhece os movimentos de libertação (FNLA, MPLA e UNITA) como os únicos representantes do povo angolano”. Segundo o acordo de Alvor, o governo de transição seria liderado pelo colégio presidencial com representantes dos três movimentos nacionalistas e as eleições em nove meses, após 31 de janeiro de 1975, conforme o capítulo VI do artigo 40. Assim se deu a formação do Estado Angolano.

4 – A INSERÇÃO DE ANGOLA NO MODERNO SISTEMA-MUNDO

Não há mais lugar à dúvida de que a África participou da expansão da EMC desde a sua gênese, seja pela localização geoestratégica da sua costa ocidental, seja pelo fornecimento de mão de obra escravizada (GODINHO, 1963, p. 7). Nem que a expansão do modo de produção capitalista dependeu, simultaneamente, da mão-de-obra escravizada africana e da ocupação territorial latino-americana (QUIJANO, 2002). No que se refere a Angola, logo nos primeiros anos de contato com a Companhia Lusitana, o comércio de escravizados já fazia parte de seus negócios. Este comércio se fortalecia consoante a necessidade, a articulação e os conflitos entre Reinos angolanos e Estados europeus.

Tabela 2 – Escravizados saídos de Angola para o Brasil, 1536-1830

Anos	Número de escravizados
1536	12 000
1548	50 000
1656	52 000
1681	10.000
1682	10.000
1701-1710	55.300
1711-1720	67.100
1721-1730	109.300
1731-1740	130.100
1741-1750	123.500
1751-1760	125.900
1771-1780	131.500
1781-1790	153.900
1791-1800	168.000
1801-1810	151.300
1825-1830	132.472
Σ	1.479.372

Fonte: Elaboração própria com base em Klein (1987) e Andrade; Ollivier (1971).

Na visão *braudeliana*, existe uma relação simbiótica entre o capitalismo histórico e o Estado. O capitalismo não se expande sem o recurso aos mecanismos estatais, que conformam o monopólio da força político-econômica e militar (ARRIGHI, 1996). A progressão do capitalismo pode se dar mediante a incorporação progressiva de outros territórios, mas é o Estado que organiza a dinâmica dessa expansão.

O capitalismo só triunfou quando se identifica com o Estado, quando é o Estado. Em sua primeira grande fase, a das cidades-estados italianas de Veneza, Gênova e Florença, o poder estava nas mãos da elite endinheirada. Na Holanda do século XVII, a aristocracia dos regentes governou em benefício dos negociantes, mercadores e emprestadores de dinheiro, e até de acordo com suas diretrizes. Do mesmo modo, na Inglaterra, a revolução gloriosa de 1688 marcou a ascensão dos negócios semelhante à da Holanda (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 13).

Entretanto, ainda que os eventos históricos antes referidos e, no contexto, o Estado constituam elementos relevantes do processo de expansão da EMC que fundamentam o desenvolvimento da África e, em especial, de Angola nos últimos séculos, há um conjunto considerável de fatos mais recentes que precisam ser referidos se se pretende captar os impasses do presente e vislumbrar as perspectivas para o futuro.

O que aqui, portanto, requer maior atenção é o quadro mais amplo no qual se procede à inserção internacional da *Angola independente*. E este remete ao ciclo hegemônico de acumulação, liderado pelos EEUU, marcado pelas inflexões de 25 anos pós-Segunda Guerra Mundial, com o colapso do Sistema de Bretton Woods, a não sustentação do regime fordista de produção e a crise petroléira (1974-1979). É aí que se justificariam novos mercados para um novo ciclo de expansão do capitalismo em direção às novas unidades políticas periféricas (ARRIGHI, 1996).

É neste quadro amplo, com efeito, que a economia angolana, via o petróleo, se insere na EMC. Os dados empíricos e os acordos diplomáticos da política externa angolana apontam para uma estratégia de integração ao MSM através de acordos energéticos. Inicialmente, a URSS, os EEUU e uma pequena parcela da União Europeia lideraram a matriz de acordos com Angola. Posteriormente, a Política Externa Chinesa (PECh) se universaliza e ganha contornos consideráveis, apresentando-se como alternativa para a África. Em um primeiro momento, a PECh se articula como um Estado-Membro dos não alinhados, em Bandung. Em seguida, a China se volta para reformas internas (agrária e industrial), com forte presença estratégico-militar na África. Em um terceiro momento, já na década de 1990, a PECh volta-se ao fortalecimento e abastecimento dos insumos energéticos para capacitar sua economia sustentada pela manufatura e abastecer seu vasto mercado interno. Daí em diante, a universalização da PECh em África é feita pela participação crescente na EMC, com disponibilidade de crédito, seja via investimento externo direto (IED), seja por portfólio. Os dados mostram que, no período 2000-2019, os financiadores chineses assinaram 1.141 compromissos de empréstimos, no valor de US\$ 153 bilhões, com governos africanos. Do total, 29,9% foram destinados à infraestrutura de transporte, mais concretamente a construção de linhas férreas, portos, aeroportos

e rodovias. Insumos energéticos receberam investimentos de 25,7%, a mineração e as tecnologias informacionais 11,8% e 7%, respetivamente (GPDC, diversos anos).

Tabela 3 – Empréstimos da China para Angola, diversas áreas, 2000-2019

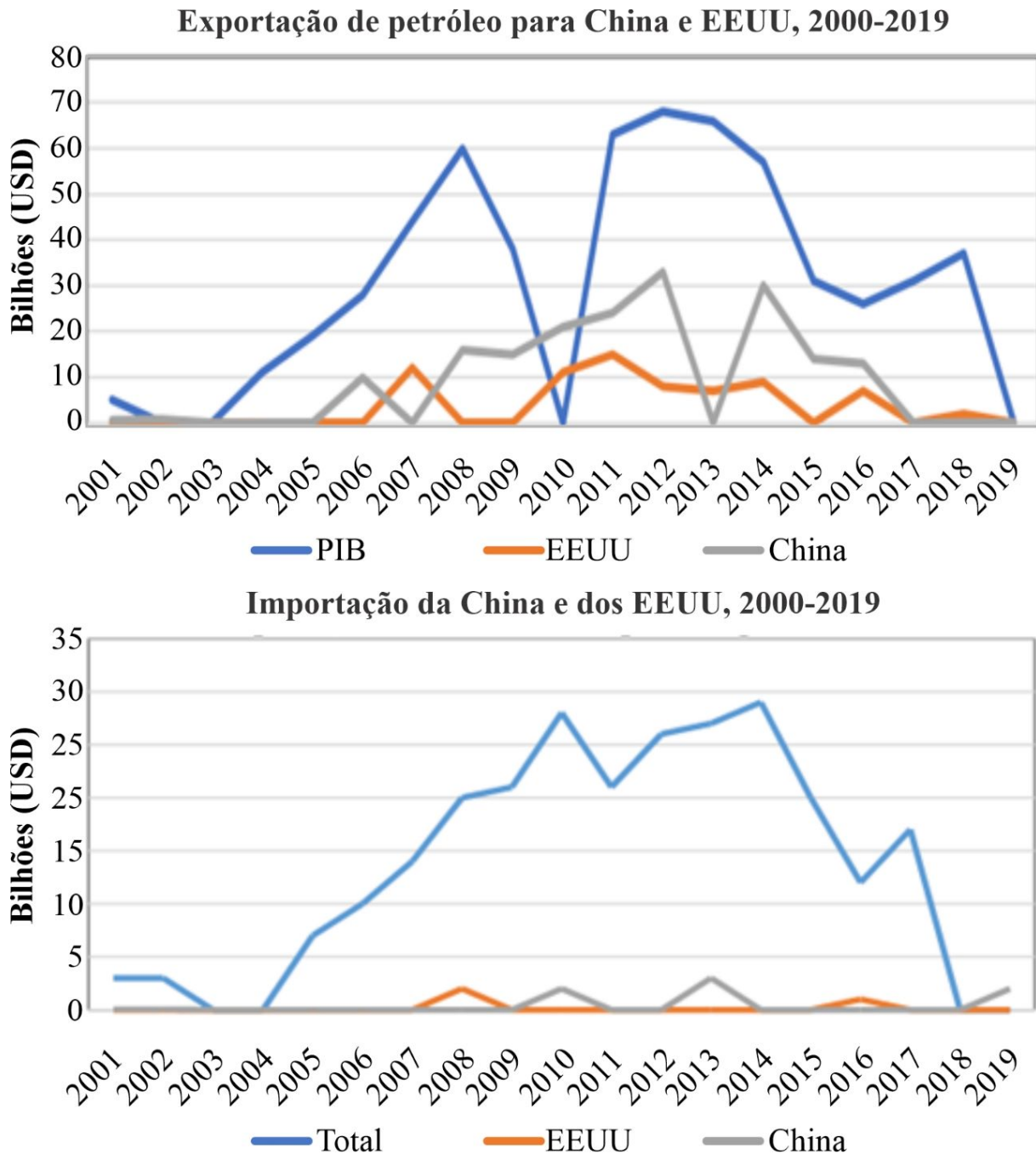
Áreas	Empréstimos em USD
Mineração	17,9 B
Energia	7,9 B
Transporte	6,1 B
Multisetorial	2,9 B
Social	2,9 B
Água	1,8 B
Agricultura	1,3 B
TICs	887 M
Educação	630 M
Saúde	373 M
Governo	113 M
Comércio	105 M
Ambiente	380 M
Não alocados	600 M
Σ	43,9 B

Fonte: Elaboração própria com base em dados do GPDC.

Para Angola, o empréstimo chinês é majoritariamente destinado à mineração, com 41% do total. Energia ocupa o segundo destino de crédito, com 18%, e em seguida comparecem estrategicamente os transportes. O investimento chinês não só proporcionou o crescimento econômico, como também permitiu a diversificação da economia angolana. Isto pode ser constatado pelo investimento endereçado aos segmentos não-petrolíferos. O país conseguiu diversificar a atividade econômica em torno de 10-20 pontos percentuais no intervalo 2000-2019.

Ainda que a mineração se apresentasse como o principal interesse dos empréstimos chineses em Angola, a energia ocupa uma posição de destaque na integração da economia angolana ao comércio internacional. No começo da década de 2000, o petróleo abrangia uma média de 95% do PIB nacional. Com os IED, essa abrangência resvala para 80-82%. A China passou a substituir paulatinamente as exportações antes encaminhadas para os EEUU. Na segunda metade da década de 2010, a China tornar-se-ia o principal credor de Angola. As importações e exportações nas relações sino-angolanas atingiram um volume considerável do PIB angolano. E a participação de insumos energéticos chega a cerca de 65% – no segundo semestre de 2020, este número sobe para 78,32% (WORLD BANK, 2021).

Gráfico 1 e 2 – Exportação e importação, Angola-EEUU e Angola-China, 2000-2019



Fonte: Elaboração própria com base em dados da OEC.

Este crescimento espetacular da exportação de Angola para China não pode ser visto apenas pelo volume de barris de petróleo, mas também pela valorização do Crude antes da crise de 2008, assim como pela integração de Angola com os Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP), em 2007. Após a associação de Angola a essa organização intergovernamental, os preços de petróleo de Angola foram fixados de acordo com sua direção.

O CASO DE BENGUELA: ESTADO, CAPITAL E INTERNACIONALIZAÇÃO

A região litorânea de Benguela serviu, inicialmente, de passagem para o envio de escravizados para as Américas e, mais tarde, também para a chegada de missionários estadunidenses e europeus, sobretudo, para “facilitar” o povoamento europeu. Em 1894 começaram as fundações do Porto do Lobito. A região teve forte participação na economia colonial, como posto alfandegário e provedora de infraestruturas. A construção do Caminho de Ferro de Benguela (CFB) e o Porto do Lobito propiciaram a Benguela uma ligação Transoceânica entre o Atlântico, no Lobito, e o Índico, na cidade da Beira, em Moçambique, propiciando a travessia de toda a África Austral.

Mapa 2 – Atividades econômicas da província de Benguela



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE (diversos anos).

Em 1975, ano da independência de Angola, a economia da região era diversificada, embora houvesse forte centralização em torno da produção agrícola. Os pequenos camponeses, localizados no interior dos municípios (como a comuna do Egito Praia, Biópio, Canjala, Vila da Hanha e Dombe Grande), abasteciam a população de alimentos, além de comercializar algum excedente nas regiões vizinhas e exportar bananas, sisal, girassol e cana-de-açúcar.

Outro ponto a destacar é a logística vinculada ao comércio exterior, despontando a indústria metalúrgica, com ênfase em metalurgia petrolífera, na qual atuam corporações estrangeiras que prestam serviços à Sociedade Nacional de Combustível de Angola (SONANGOL), ademais de outras multinacionais de prospecção petrolífera e construção civil.

O Porto do Lobito e o CFB foram e continuam a ser meios importantes de escoamento de produtos e comunicação com outras regiões nacionais e internacionais, sobretudo, mineiros de cassai, na região central da República Democrática do Congo. Em 2019, foi ativada a linha férrea turística denominada “dois oceanos”, que sai de Dar Es Salaam, na Tanzânia, com destino a Lobito, em Angola.

Devido aos fluxos de internacionalização da região, mesmo que a etnia *ovimbundo* seja a originária, é notável seu cosmopolitismo em termos étnicos, religiosos, culturais e políticos. As atividades económicas na região se diferenciavam, com destaque para a pesca artesanal e a agricultura familiar nas regiões próximas à área urbana, assim como para a agricultura mecanizada no interior dos municípios. No entanto, o “progresso” recente as condenaria à perda de relevância.

A criação do Polo de Desenvolvimento Industrial (PDI) da Catumbela faz parte da construção da Rede Nacional de Polos de Desenvolvimento Industrial (RNPDI), que, amparada na Resolução da Comissão Permanente do Conselho de Ministros nº 1/98, definiu a criação, gestão e promoção dos PDI. O projeto é considerado desde então como o “[...] meio mais adequado para alcançar [...] objetivos” tais como: “[...] colocar à disposição dos industriais, solo industrial previamente delimitado, adequadamente equipado com infraestruturas básicas industriais, onde as empresas possam beneficiar das facilidades atribuídas ou a atribuir por lei, como o preço bonificado do solo industrial, benefícios fiscais, incentivos e subvenções a fundo perdido”. Os PDI se encontram devidamente estabelecidos. O objetivo da RNPDI era contemplar o Programa de Governo e do Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 2013-2017, com vistas a: (a) reduzir a dependência do petróleo, aumentando a contribuição da indústria de transformação para o PIB nacional; (b) diversificar a economia por meio da substituição de importações e aumento de exportações; (c) aumentar a coesão territorial, combatendo a fome, a pobreza e incrementando o emprego qualificado.

Os projetos da RNPDI foram financiados com capitais estrangeiros provenientes, sobretudo, da China e da UE. Em 2015, durante uma visita a Tianjin (PDI de GUANGDZHOU-CHINA), o então presidente de Angola, José Eduardo dos

Santos, considerou ser “[...] necessário conhecer melhor a experiência de reconstrução, desenvolvimento e modernização da China”⁴.

No caso do PDI da Catumbela, ele abarca toda a região litorânea de Benguela, abrangendo mais de 3.000 hectares, nos quais estão 364 empresas, dentre elas 100 totalmente instaladas. São predominantes as indústrias metalúrgica, agroalimentar, da construção civil e de mobiliários. Estima-se que foram gerados 3.000 empregos formais diretos e 20 mil empregos indiretos.

Mapa 3 – Planta da Região Central do PDI da Catumbela



Fonte: sítio eletrônico do PDI da Catumbela [<https://pdic.ao/lotejamento>].

Entretanto, apesar de fomentar a diversificação da economia com a entrada de novos capitais, as contradições da implementação da RNPDI são perceptíveis no território. O crescimento económico não conduziu a uma redução das desigualdades sociais. Ao contrário: a espoliação de terras pesqueiras e do campesinato, visando a dar consistência a projetos habitacionais, hoteleiros e industriais para impulsionar o crescimento económico regional é confundida com desenvolvimento regional⁵. A criação de empregos formais que resultou da implementação do PDI da Catumbela não é proporcional ao volume da população, direta ou indiretamente, desempregada. E mais: dadas as crescentes assimetrias tanto inter-regionais quanto intrarregionais, não se poderia falar em desenvolvimento regional.

⁴ Cf. MARQUES, M. Xi Jinping e José Eduardo dos Santos encontram-se para aprofundar as relações bilaterais. **Diário do Povo**, 13 ago. 2015. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n/2015/1204/c310816-8985898.html>. Acesso em: 14 out. 2021.

⁵ Sobre as implicações (teóricas, metodológicas, políticas) de se considerar o crescimento económico de uma região como pressuposto/requisito para a promoção de desenvolvimento regional ver Theis (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É incontestável que o Estado angolano participa do MSM. E também é inquestionável que os minissistemas locais dos antigos reinos que constituíram Angola foram substituídos por um arcabouço internacional amplo que se mundializou a partir da Europa. O fornecimento de mão-de-obra escrava marca a participação de Angola no processo embrionário da EMC. Neste artigo procurou-se mostrar que, no início, essa participação se caracterizou por relações cordiais dos portugueses com os reinos estabelecidos em Angola. E que continuou mediante relações sociais, econômicas e políticas cordiais com outros países da Europa e da África. Contudo, em face do antes exposto, é preciso, sinteticamente, assinalar que:

(a) O Estado nacional angolano é um produto da relação de Angola com Portugal, cujo propósito foi reforçar as relações subalternas da colônia em relação à metrópole. Os processos que desembocaram no Estado nacional angolano tiveram lugar sobre um tecido social subalternizado, no âmbito da estrutura hierarquizada da EMC.

(b) A formação do moderno Estado nacional angolano era necessária para a sua inserção no MSM, no qual os Estados nacionais são reconhecidos como os atores mais relevantes.

(c) Após a independência, o Estado nacional angolano integrou-se na condição própria de uma nação periférica, cuja economia fornece recursos naturais para os países centrais – mais recentemente para uma nação em ascensão no MSM.

(d) Ainda que a relação com os países centrais tenha proporcionado ganhos e um crescimento econômico expressivo, as desigualdades socioeconômicas e as assimetrias regionais em Angola cresceram. Elas são devidas ao facto de que Angola serve como fornecedor a uma potência em ascensão, cujos objetivos se concentram, sobretudo, em recursos naturais, terras abundantes e trabalho barato. De forma que a China não representa para Angola uma possibilidade de ruptura sistémica em relação à EMC. Pelo contrário, a relação de Angola com a China obedece à dinâmica de uma economia periférica que fornece insumos a uma economia que emerge como hegemônica no MSM.

(e) O PDI da Catumbela propiciou um incremento em termos de IED e, concomitantemente, um crescimento econômico na região. Entretanto, as contradições desse processo apontam para um aumento significativo das desigualdades sociais – o que não pode ser dissociado do padrão de desenvolvimento regional resultante.

Em conclusão, considera-se que as decisões relativas à organização do território, em escala nacional e subnacional, deveriam caber às mulheres e aos homens que integram a sociedade angolana. Ao invés de se privilegiar os interesses do capital, deveriam ser priorizadas as demandas dos grupos e classes sociais subalternizados. A esses deveria caber a primazia da definição de objetivos sociais e econômicos, em consonância com o respeito às culturas e a preservação do meio ambiente, nas cidades e regiões onde vivem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. P. **Origens do nacionalismo africano**. Lisboa: Dom Queixote, 1997.

ANDRADE, M. P.; OLLIVIER, M. **La guerre en Angola: étude socio-économique**. Paris: Maspero, 1971.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

ARRIGHI, G. Globalização e desenvolvimento desigual. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Vol. 1, N. 1, 2007.

ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Contraponto, 2001.

CALUEIO, F. T. “A internacionalização do Estado e a desnacionalização dos povos: globalização, desenvolvimento e territórios na SADC”. In: MORTARI, C.; WITTMANN, L. T. (Org.) **Narrativas insurgentes: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, p. 181-206, 2020.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, N. 5, p. 1-30, 1995.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CRA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Assembleia Constituinte, 2010. Disponível em: <http://tribunalsupremo.ao/wp-content/uploads/2018/05/constituicao-da-republica-de-angola.pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.

DAVIS, M. **Planeta favela**. Trad. B. Medina. São Paulo: Boitempo, 2005.

FANON, F. **Por uma revolução africana**. Trad. C. A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

GPDC. **Chinese loans to Africa database**. Boston/MA: Global Development Policy Center/Boston University, diversos anos. Disponível em: <https://www.bu.edu/gdp/chinese-loans-to-africa-database>. Acesso em: 14 out. 2021.

GODINHO, V. M. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Lisboa: Arcádia, 1963.

HOBSBAWM, E. J. **A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

INE. **Resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola 2014**. Luanda: Instituto Nacional de Estatística, 2016. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637981512172633350.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

INE. **Estatísticas económicas**. Luanda: Instituto Nacional de Estatística, diversos anos. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/inicio/estatisticas>. Acesso em: 14 out. 2021.

Ki-ZERBO, Joseph. **História geral da África**. Genebra: Ed. UNESCO, 2010.

KLEIN, H. S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos**, V. 17, N. 2, p. 129-149, 1987.

LIPIETZ, A. O local e o global: personalidade regional inter-regionalidade? **Espaço & Debates**, V. 14, N. 38, p. 10-20, 1994.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política** (V. 1). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopolítica, soberania, Estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2019.

MUEKALIA, J. **Angola: a segunda revolução**. Portugal: Sextante, 2010.

OECD. **Angola**. Cambridge/MA: The Observatory of Economic Complexity/Datawheel, diversos anos. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/ago>. Acesso em: 14 out. 2021.

ONU. **Growth in United Nations membership**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2021. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/growth-in-un-membership>. Acesso em: 14 out. 2021.

PÉLISSIER, R. **História das campanhas de Angola: resistências e revoltas, 1845-1941** (vol. 1). Lisboa: Estampa, 1986.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, V. 17, N. 37, p. 4-28, 2002.

ROÇADAS, J. A. **Relatório sobre as operações**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1919.

THEIS, I. M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, V. 12, N. 2, p. 241-252, 2009.

THEIS, I. M. “Desenvolvimento regional no Brasil: desafios teórico-metodológicos e políticos”. In: SILVEIRA, R. L. L.; KARNOPP, E. (Org.). **Atores, ativos e instituições**: o desenvolvimento regional em perspectiva. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 45-71, 2022.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L. “O paradoxo da geografia no capitalismo mundializado: revisitando a lei do desenvolvimento desigual e combinado”. In: GALVÃO, A. et al. (Org.). **Capitalismo**: crises e resistências. São Paulo: Outras Expressões, p. 83-110, 2012.

VISENTINI, P. **A África moderna**: um continente em mudança (1960-2010). Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

WALLERSTEIN, I. Societal development or development of the world-system? **International Sociology**, V. 1, N. 1, p. 3-17, 1986.

WORLD BANK. **World Development Indicators**. Washington/DC: The World Bank, 2021. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 14 out. 2021.

AUTORES

Filipe Tchinene Calueio: Graduado em Relações Internacionais, Tecnologia em Segurança do Trabalho e Teologia, especialização em Segurança e Meio Ambiente e Geografia Econômica Internacional, mestre em Desenvolvimento Regional e doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Econômico. E-mail: ecalueio@gmail.com

Ivo Marcus Theis: Economista, doutor em geografia, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Regional de Blumenau, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. E-mail: theis@furb.br

Recebido em 08/03/2023.

Aceito em 30/07/2023.